

MARCOS, Valéria de; FABRINI, João Edmilson. *Os Camponeses e a práxis da produção coletiva*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Fernanda Thomaz
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP
fegeo@hotmail.com

O livro *Os camponeses e a práxis da produção coletiva*, de autoria de Valéria de Marcos, professora e pesquisadora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), e João Edmilson Fabrini, professor e pesquisador do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), publicado em 2010 pela editora Expressão Popular, vem contribuir tanto para a compreensão do debate histórico, iniciado na segunda metade do século XIX no interior do marxismo e do anarquismo, sobre a socialização da produção no campo como forma de organizar a sociedade em bases mais justas, quanto para o conhecimento das experiências concretas que derivaram desses debates, postas em prática tanto em países socialistas, quanto em países capitalistas.

Para a compreensão dessas experiências e suas contradições, os autores apresentam aspectos fundamentais do debate teórico marxista sobre as questões agrária e camponesa, mostrando como o abandono gradativo da questão camponesa, sobretudo no século XIX, com o conseqüente predomínio dos estudos sobre a questão agrária e das leis de desenvolvimento da agricultura, serviu de referencial para a elaboração das propostas de socialização da produção dos partidos socialistas europeus. Nessa concepção teórica predominou a idéia da superioridade da grande exploração agrícola em detrimento da pequena exploração familiar, e na conseqüente extinção do campesinato diante do inevitável avanço do capitalismo no campo. Essa compreensão marxista da questão agrária originou as propostas marxistas de socialização da produção no campo, que tiveram na coletivização agrícola sua expressão máxima.

Para que o leitor tenha uma visão ampla das experiências concretas de coletivização da produção agrícola, o livro abrange todo o século XX, apresentando primeiramente o exemplo da URSS, que, com Stálin, a partir de meados de 1929, colocou em prática a primeira experiência de coletivização do campo através dos kolkozos (cooperativas de produção agropecuária), medida que ficou conhecida como coletivização forçada, e acabou culminando na morte de 12 milhões de camponeses. Foi

na URSS que a coletivização se deu em sua plenitude, servindo de parâmetro para as outras experiências de base marxista. Desse modo, apresentando as experiências em seqüência histórica, os autores discutem a socialização da produção nos países do leste europeu que ficaram sob o domínio ideológico soviético após a Segunda Guerra Mundial (Bulgária, antiga Tchecoslováquia, Hungria, ex-Iugoslávia, Polônia, ex-República Democrática Alemã e a Romênia). É interessante notar que, para atrair os camponeses para as cooperativas de produção agropecuárias, em vários desses países o Estado teve que conceder aos trabalhadores do campo direitos que já existiam para os trabalhadores das cidades, como aposentadoria, férias e descanso semanal remunerado.

Na seqüência cronológica em que ocorreram, os autores apresentam a experiência chinesa de socialização da produção no campo, desde a ajuda mútua, passando pelas cooperativas agrícolas de produção, até as comunas populares rurais, que abarcaram essas cooperativas. E o último exemplo de que trata o livro, e que mereceu um capítulo à parte, foi o caso de Cuba. O conhecimento brasileiro do modelo cubano possui importância fundamental, porque em vários aspectos serviu de referência para as cooperativas de produção agropecuárias (CPAs) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), tratadas também no livro, mas de maneira mais sucinta. O MST já considerou essa forma de organização da produção no campo o grau máximo de coletivização a ser atingido nos assentamentos.

Além das experiências de base marxista, os autores apresentaram experiências de diferentes concepções anarquistas, como a Colônia Cecília, realizada em Palmeira (PR), de 1890 a 1894, organizada com base na produção comunitária, em que o acesso aos frutos do trabalho era feito de acordo com as necessidades pessoais. E a experiência dos coletivos espanhóis, durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), realizada em bases coletivas, na qual o acesso aos frutos do trabalho se dava de acordo com o trabalho realizado por cada um. As experiências anarquistas tiveram duração menor que as de base marxista, porém, apesar do pouco tempo de existência, demonstraram a viabilidade das suas premissas, e seu estudo pode fornecer caminhos importantes para o avanço da elaboração de uma proposta de socialização da produção no campo.

Os autores demonstraram os avanços que os exemplos de socialização da produção baseada no marxismo trouxeram. Entre eles está a tomada de decisões através da assembléia geral, na qual todos os cooperados tinham direito a voz e voto; e o acesso aos frutos do trabalho, que foi feito de maneira radicalmente mais justa do que no

capitalismo. Porém, mesmo fiéis à abordagem marxista não deixaram de elaborar a crítica às experiências marxistas, devido às contradições que geraram. Apesar do grande leque dessas experiências, a crítica comum diz respeito ao lugar social que determinaram ao campesinato. Nelas, essa classe foi encarada como em extinção, devido a sua suposta maneira irracional de organizar a produção. Mas o fato é que as próprias experiências tentaram extinguir o campesinato, mudando sua lógica de organização da produção para que se assemelhasse bem mais à maneira do operariado trabalhar. Por isso, em todas as experiências de base marxista, foi alto o índice de rejeição do campesinato, fazendo com que no Brasil, por exemplo, o próprio MST revisse suas posições.

Através dessa crítica os autores formulam uma consideração essencial. Não foi o campesinato que se colocou contrário à proposta socialista, mas foi o socialismo que não encontrou um lugar adequado ao campesinato, declarando a sua extinção. Desse modo, ao final do livro concluímos que qualquer iniciativa de inspiração socialista ou anarquista que se proponha a construir um mundo mais justo não pode negligenciar o papel do campesinato, pois, como afirmou o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que escreveu o prefácio do livro, o campesinato se firmou mundialmente no século XX como a classe produtora de alimentos. Sem ele, portanto, não é possível resolver o problema da produção de alimentos e, logo, não é possível pensar em qualquer forma mais equânime de organização da sociedade.

Por isso, não se trata de abandonar as propostas socialistas e anarquistas que pensam um mundo radicalmente oposto ao capitalista, mas reconhecer suas contradições para que se avance na construção de um modelo alternativo de sociedade. Certamente, a leitura do livro nos remete a pensar que não se pode negligenciar o papel do campesinato nessa nova sociedade, porque ela não pode ser construída fora de uma verdadeira aliança entre camponeses e operários, diferentemente do que afirmou o marxismo ortodoxo ao defender a superioridade do papel do operariado na construção do socialismo. Nesse ponto, o caso da URSS e de Cuba são ilustrativos, porque a revolução só foi vitoriosa devido ao apoio dos camponeses. Mas o modo como o marxismo pensou o lugar do campesinato na sociedade revolucionária colocou em questão os termos dessa aliança.

Pela contribuição ao conhecimento e aprofundamento da proposta socialista para a organização da produção no campo, o debate proposto pelos autores é de

fundamental importância para se conhecerem as contradições efetivas do socialismo no século XX, e para que, conhecendo suas contradições, suas fragilidades, seus erros e acertos, possamos nos lançar ao desafio de contribuir com a construção do socialismo do século XXI.